

A ECONOMIA POLÍTICA DAS MULHERES CAMPONESAS: OU A ECONOMIA INVISÍVEL DAS MULHERES CAMPONESAS

Carlos Schmidt¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as questões econômicas e sociais subjacentes à emergência do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que lhes imprimiu uma identidade original onde se conjugam as questões de gênero ambientais e sociais, na busca da construção de novas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Camponesa. Gênero. Econômico. Ambiente.

THE PEASANT WOMEN'S POLITICAL ECONOMY: OR THE PEASANT WOMEN'S INVISIBLE ECONOMY

ABSTRAT: This article's purpose is to analyse economical and social issues inherent to the surging of social movement, such as the "Movimento das Mulheres Camponesas" (MMC) (Peasant Women's Movement). This movement gave these women an original identity whereupon issues of gender, environment, and social are involved in building new social relations.

KEYWORDS: Peasant woman. Economic. Gender. Environment.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um trabalho de parceria com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) que solicitou ao Núcleo de Economia Alternativa (NEA) da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS um curso sobre o que chamava de economia invisível da mulher camponesa².

¹ Professor Doutor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, coordenador do Núcleo de Economia Alternativa – NEA. Este artigo teve participação do acadêmico Martin Moreira Zamora e das alunas Aline Kerber e Kellen Pasqualetto do curso de Ciências Sociais da mesma universidade. Eles participaram tanto da tabulação como da análise dos dados da pesquisa de campo, assim como aportaram importantes elementos sobre as questões de gênero.

² O curso realizado em 2006 teve três etapas, nas quais foram discutidas pelas integrantes do MMC e membros do NEA os problemas econômicos e sociais das mulheres da agricultura familiar. O subtítulo é a forma como o MMC caracteriza a percepção que os homens do campo têm de suas atividades econômicas.

O curso foi na realidade um encontro de saberes, aqueles formulados pela tradição e a prática com o conhecimento acadêmico. Essa conjunção proporcionou a descoberta de uma realidade fruto de construção coletiva do MMC, que tem um potencial transformador que parece ir muito além daquilo que, tantos universitários como o próprio MMC, conseguem discernir no momento.

Assim, este texto é uma contribuição para este esforço de compreensão tanto do significado das questões trazidas pelo MMC como no sentido de especular sobre o alcance e potencial das lutas do movimento.

Este trabalho é um ensaio baseado no conhecimento acumulado e, como dito, em muitos aspectos é especulativo, pois os elementos de comprovação empírica ainda são frágeis. No entanto, a intuição diz que se está diante daquelas “pérolas raras” da inovação social, isto é, um movimento com aderência na realidade e com potencial para apontar novos caminhos para os pequenos agricultores, quiçá para a humanidade.

O texto consta de quatro seções. A primeira é esta introdução. A segunda, mais teórica, procura discutir, nesta quadra da história e num país periférico como o Brasil, de que forma se apresentam os problemas de inserção dos pequenos agricultores no agronegócio, como sua resistência toma a forma da afirmação de uma identidade camponesa, o papel das mulheres camponesas tanto no processo de exclusão e opressão como na referida resistência e finalmente a relação que essas questões têm com o movimento do capitalismo contemporâneo. Na terceira seção discutem-se os resultados de uma pesquisa participante feita pelo grupo das alunas do curso, à luz das questões levantadas no capítulo anterior. Finalmente, a quarta seção apresenta resumo das principais questões levantadas, sua interação e as possibilidades de, por um lado, desenvolver novos estudos e aprofundamentos e, por outro, o delineamento de pistas que possam servir para discussões do MMC e de outros movimentos sobre sua ação e seus rumos.

2 O INVISÍVEL ESTÁ DEIXANDO DE SÊ-LO, OU COMO UMA DENOMINADA “CONTRADIÇÃO SECUNDÁRIA” TEM POTENCIAL DE COLOCAR EM QUESTÃO O CONJUNTO DO SISTEMA

Por que a abordagem da Economia Política que justifica o título é a mais adequada no nosso entender? Porque aborda a economia de forma sistêmica, como produto e causa das relações sociais constituídas historicamente, portanto em permanente movimento.

Ao contrário da economia ortodoxa, em todas suas variantes, que percebe o comportamento humano em relação à economia como sendo a-histórico e independente do espaço em que se situa, a economia política o vê como produto de conflitos e relações historicamente construídas a partir de uma determinada base material situada num certo espaço geográfico herdado do passado.

Ellen Wood identifica na elaboração de alguns marxistas (e do próprio Marx nos seus primeiros trabalhos) o viés da racionalidade da economia

ortodoxa (WOOD E.M., 2001). Efetivamente ao identificar o mercado como uma oportunidade e não como um imperativo, certos marxistas, ao analisar a transição do feudalismo para o capitalismo, implicitamente, admitem que a racionalidade do "homem econômico" estava presente, necessitando apenas ser liberada dos entraves das instituições feudais.

O problema desta postura não se situa apenas no campo teórico, mas traz consequências para aqueles que acreditam na possibilidade de uma sociedade post-capitalista com outra lógica econômica e social. Dessa forma essa sociedade estaria impossibilitada, na medida em que contraria a "natureza humana".

Adota-se a postura teórica de Ellen Wood, que, aliás, fornece várias provas empíricas para justificá-la.

Para tratar o tema trabalhado neste texto, é necessário buscar as transformações que o capitalismo trouxe na agricultura camponesa, como esta se envolveu nas relações de mercado, como os camponeses estão começando a perceber o que eles efetivamente são e qual o papel das mulheres neste processo.

A última questão implica em associar o papel da mulher na família e na unidade produtiva com sua tomada de consciência, aliás mais vigorosa e consequente do que os homens, dos problemas da inserção da agricultura familiar no mercado. Essa consciência, por sua vez, tem colocado as mulheres camponesas na ponta do movimento de uma identidade camponesa como resistência aos malefícios da inserção da agricultura familiar no mercado capitalista, tendo como pano de fundo o fato de que a agricultura camponesa busca reproduzir as condições de existência da unidade familiar (CARVALHO H. M., 2005), se possível com um certo grau de autonomia.

Toma-se, por exemplo, a agricultura camponesa do sul do Brasil (SCHMIDT C.; HERRLEIN R., 2002) como a que teve uma das inserções mais precoces no mercado. Essa inserção, que se acentua no último quartel do século XIX, baseava-se numa rede comercial de vários níveis que cumpria a função de colocar os agricultores nos fluxos comerciais, extrair o excedente por meio do comércio e acumular parte deste como capital industrial.

No final do século XIX as exportações dos produtos coloniais já ultrapassavam os produtos da pecuária produzidos pelo latifúndio (SCHMIDT C.; HERRLEIN R., 2002) e o campesinato com inserção no mercado se expandia pela ocupação de novas terras no norte do estado do Rio Grande do Sul.

Esse padrão de expansão se esgota nos anos 30 e 40 do século XX (no que refere ao RS). Uma parte dos camponeses avança pelo oeste da região sul e a parte que fica no RS se vê vítima de um processo crescente de esgotamento do solo e da subdivisão das propriedades (WANDERLEY, 2001). Esse padrão de agricultura mercantil é, em parte, junto com os entraves do latifúndio, responsável pela crise do RS na segunda metade dos anos 50.

É nesse momento que intervém a Revolução Verde com seus pacotes tecnológicos e seus financiamentos governamentais, suas monoculturas etc. Não se quer entrar em detalhes nesses processos bem descritos por Görgen (Görgen S.A., 2004), mas lembrar que nos seus primórdios, principalmente com a soja, criou-se nos pequenos agricultores a ilusão de prosperidade.

Os custos nesse paradigma produtivo chegam a atingir para os pequenos agricultores cerca de 50% da renda bruta agrícola (BAVARESCO P. A., 2001), aos quais se acrescentam o passivo ambiental e os danos para a saúde dos agricultores e dos consumidores.

A condição formal de pequeno produtor independente, proprietário jurídico dos meios de produção é enganosa, no sentido de que as relações econômicas e sociais são estabelecidas pela dependência dos pequenos agricultores do agronegócio. Seu caráter camponês de relativa autonomia em relação à economia capitalista, embora conectado ao mercado pelo seu excedente e por algum nível de consumo final e produtivo (WANDERLEY, 2001), cede lugar ao produtor e consumidor de mercadorias.

Embora a variedade de situações seja grande, a situação extrema em termos de dependência e subordinação das grandes empresas do agronegócio é exemplificada pelo pequeno agricultor contratualizado (TEDESCO J.C., 2001). Este, sendo um elo do processo produtivo, recebe insumos e capital (via financiamento), agrega seu trabalho e repassa o insumo que produz para a indústria agregar valor antes de o produto entrar na esfera da circulação.

Se não fosse pela rigidez de procedimentos, impostos pela empresa por razões econômicas e tecnológicas, que aproxima o processo de trabalho do taylorismo, em outros aspectos (levar insumos, instrumentos de trabalho e recolher o produto), a semelhança é com o *puting-out sistem* dos primórdios do capitalismo. Assim, à semelhança dos trabalhadores fabris, os agricultores contratualizados, no que se refere ao processo de trabalho, participam da divisão técnica do trabalho.

No que se refere à questão econômica, o caráter de monopólio e de monopsonio da empresa contratante faz com que o agricultor venda, não o produto, mas sua força de trabalho, inclusive por um valor inferior aos demais trabalhadores. Aliás, é um trabalho qualificado, pois envolve um sistema complexo de operações, sub-remunerado, além de não gozar das conquistas sociais dos trabalhadores formais.

Como se não bastasse tudo isso, as oscilações de mercado (preço e câmbio) tornam esse "salário" sujeito a variações, diferentemente dos trabalhadores formais.

É o pior dos mundos, os riscos do capitalista sem as benesses da propriedade do capital. A situação de fato é que, mesmo mantendo baixo o nível de consumo, o agricultor não consegue se capitalizar, e o que acontece com frequência é o contrário, se descapitaliza. Nem o que seria objetivo da reprodução das condições

de existência da unidade familiar pode se realizar na intertemporalidade, isto é, cada vez menos os filhos dos pequenos agricultores permanecerão na atividade. Parafraseando Marx, a raça dos pequenos agricultores, nesse contexto, terá cada vez mais dificuldade em se reproduzir enquanto tal.

As mulheres em particular são as primeiras a abandonarem a pequena propriedade, por terem seu trabalho menos valorizado na unidade familiar e também por terem em média níveis de escolaridade mais elevados que os homens³ (BRUMER A., 2001).

Dentro da divisão de tarefas, segundo depoimentos das participantes do curso, as mulheres ficam com as denominadas "miudezas", que são a horta e os animais que garantem a provisão de alimentos para a família (veremos com mais detalhes na próxima seção).

As atividades que realizam eventualmente proporcionam excedentes comercializáveis. Quando adquirem alguma magnitude, despertam interesse dos homens. O controle das atividades que proporcionam renda monetária é em geral dos homens. Assim esses garantem sua supremacia simbólica e efetiva numa sociedade que cada vez mais se mercantiliza.

Foi unânime, a afirmação pelas participantes do estudo de que, nos momentos de valorização dos produtos comercializáveis, toda terra produtiva é utilizada pelos homens, negligenciando-se as culturas para autoconsumo. Assim, o alimento (reprodução biológica da família) é comprado no mercado.

Dessa forma as oscilações bruscas do mercado dos produtos agrícolas, ou frustrações de safra, pegam as famílias desprevenidas. Nesse contexto, elas não obtêm, frequentemente, renda monetária suficiente para pagar os custos de produção, muito menos para comprar os alimentos necessários. Daí o endividamento que as leva a se manter na agricultura comercial ou até à perda da terra.

As mulheres, pela sua posição na família de responsável pela subsistência biológica dessa, têm condições objetivas e subjetivas de desenvolver uma consciência crítica mais aguda da dependência em relação ao agronegócio e dos problemas que esta dependência traz para a família agricultora.

A contrapartida dessa consciência crítica mais aguçada é sua sensibilidade para a busca da alternativa camponesa, ressignificada pela introdução de temas de abrangência universal, como a questão do meio ambiente, a inserção da economia camponesa numa sociedade solidária, com outros objetivos e valores.

Muitas mulheres que já militavam nas organizações camponesas sentiram a necessidade de construir um movimento próprio e daí surge o MMC ao qual

³ Segundo pesquisa da Emater/RS datada de 1992, na faixa de 20 a 25 anos, o número de mulheres que trabalha fora da propriedade é 28,2% em comparação com 21,2% dos homens na mesma faixa etária (In. Brumer A., 2001).

outras mulheres se agregaram⁴. O que parece interessante é que o MMC, além de se distinguir dos outros componentes da Via Campesina pela ênfase dada na questão do gênero, aprofunda questionamentos que os demais postulam. Um desses questionamentos é o modelo tecnológico da Revolução Verde. Opõe-lhe a agricultura ecológica, recuperando a velha tradição camponesa que poderia ser assim enunciada: "toda arte do bom camponês consistia em jogar sobre um registro de culturas o mais amplo possível e a integrá-lo em um sistema que utilizasse ao máximo os subprodutos de cada produção para os outros, e que, pela diversidade dos produtos, fornecesse uma segurança contra as intempéries e as desigualdades das colheitas"(MANTRAS apud WANDERLEY, 2001, p. 25).

No mesmo sentido sabe-se que "as mulheres são os principais agentes da produção diversificada, atuando na criação de pequenos animais, frutas, verduras, plantas medicinais, na transformação de produtos como queijos, farinhas, doces, conservas entre outros. Além disso, são elas que detêm a guarda, o manejo, a manutenção dos estoques de material genético da unidade de produção, seja em qualidade e em quantidade suficiente às necessidades da família. Este conhecimento tem sido importante na resistência das famílias, bem como capaz de garantir a biodiversidade, o patrimônio dos povos e a soberania alimentar" (Projeto do MMC de Reflorestamento de Árvores Nativas).

Ao longo do século XX, uma parte dos marxistas, principalmente as vertentes inspiradas no modelo soviético, tratava o campesinato como símbolo do atraso, algo residual do capitalismo a ser superado tanto pelo agronegócio no regime capitalista como pelo modelo socialista produtivista por meio dos Kolkozos, implantados de forma brutal e autoritária, num regime de fábrica no campo, com referencial técnico semelhante ao do capitalismo ocidental, predador dos recursos ambientais e socialmente insustentável.

Eis que a reação da natureza mostra a inviabilidade dessas duas vertentes do produtivismo. A soviética já inviabilizada socialmente há bastante tempo, antes mesmo do colapso do regime, e a capitalista, batizada de agronegócio nos altares do liberalismo, marchando em direção ao colapso social, ambiental e econômico. No centro do capitalismo sua viabilidade econômica é mantida pela transfusão de pesados subsídios, contestados na sua forma pelos camponeses que ainda resistem. Na periferia do capitalismo o agronegócio oscila entre boas e más fases, concentrando renda, explorando os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, avançando e destruindo os ecossistemas.

Da mesma forma que o capitalismo se expandiu para os países periféricos na forma do desenvolvimento desigual e combinado, articulando em diferentes

⁴ O MMC assume este nome em 2004 como unificação nacional do movimento de mulheres do campo que existiam sob denominações diferentes nos mais diversos estados da federação, como Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) em Santa Catarina, ou Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul. O nome MMC tem relação com a própria identidade camponesa.

espaços produtivos tecnologias, relações sociais e estágios de desenvolvimentos das forças produtivas diferenciados numa relação sinérgica e subordinando uns a outros (LÖWY M., 2000); numa outra sociedade ou no seu processo de transição, a agricultura camponesa ressignificada com avanços tecnológicos alternativos pode representar não apenas uma opção, mas a única saída que pode preservar a humanidade da catástrofe representada pela degradação ambiental. Portanto, ao contrário da indústria para quem a cooperação entre trabalhadores é imediata no processo de trabalho, no caso do campesinato ela deve ser construída de forma consciente para poupar recursos e esforços visando ao maior bem-estar dos produtores e da sociedade.

“Uma das consequências do desenvolvimento desigual é aquilo que poderíamos chamar de privilégio dos retardatários, aqueles que chegam mais tarde, os periféricos, os atrasados do ponto de vista de uma evolução histórica determinada – econômica, social ou cultural – podem tornar-se vanguarda na transformação seguinte” (IBID, p. 165). Certamente é mais fácil para o camponês brasileiro, submetido à exploração do agronegócio, buscar alternativas do que um “farmer” americano para o qual esta submissão é atenuada por uma política de subsídios.

Os pequenos agricultores já começam a se dar conta, ainda que lentamente, da crescente inviabilidade para suas famílias deste modelo produtivista associado ao agronegócio. No entanto, a transição para a agricultura sustentável camponesa é difícil e só pode ser feita gradualmente (GÖRGEN S. A. 2004), tanto mais que não existe apoio oficial efetivo. A agroecologia, para se afirmar, terá que buscar convergência com outros movimentos sociais, para, por meio das questões que levantam, ser um dos vetores de contestação da ordem estabelecida (ALMEIDA J. 2003).

Retoma-se Ellen Wood que afirma que “o impulso do capitalismo, que hoje atingiu o ponto de universalidade virtual, não é consequência de sua conformidade à natureza humana ou de alguma lei transistórica, mas produto de suas próprias leis internas de desenvolvimento, historicamente específicas” (WOOD E., p.125). Essas leis internas são dialéticas, provocam a sua própria negação e hoje, se se reportar ao campo, se fundem às contradições sociais, econômicas e ambientais. É porque as regras do capitalismo não são inerentes à natureza humana. A consciência do pequeno agricultor é despertada pelas reiteradas frustrações ao participar de um jogo que quase sempre perde.

Desta forma, pela memória ainda recente e pelas alternativas que vão surgindo por meio dos movimentos ambientais de pequenos agricultores e das ainda poucas pesquisas acadêmicas, as famílias agricultoras vão lentamente retomando a identidade camponesa e construindo um projeto de agricultura radicalmente oposto ao atual.

As mulheres do campo, que no contexto anterior eram apequenadas pela pouca importância dada às suas tarefas, têm seu papel de provedoras de alimentos para a família aumentado pela falta de renda monetária, isto é, a

reprodução biológica da força de trabalho e da própria unidade familiar depende das mulheres neste contexto.

Assim as mulheres têm potencialmente condições de passar, no quadro de uma organização que elas mesmas constroem, a um patamar de consciência, com as características descritas anteriormente e, mais do que qualquer outro segmento dos pequenos agricultores, podem perceber uma alternativa camponesa que não seja uma volta ao passado, mas que se insira num modelo global de desenvolvimento sustentável, socialmente justo e que não as coloque numa posição subalterna na família e na sociedade.

Cabe aqui, portanto, um alerta de que uma agricultura que respeite o meio ambiente tem que ser construída de baixo para cima, se não será subordinada aos interesses do capital que extrairá excedente do camponês por meio de serviços técnicos, de certificação, comerciais e outros (PINHEIRO S., 2005).

3 O ENCONTRO DE SABERES, OU COMO O CONHECIMENTO ACADÊMICO E OS SABERES DO MMC TÊM POSSIBILIDADES DE SÍNTESES INTERESSANTES

A análise desta seção é fruto da combinação de elementos teóricos e empíricos presentes na literatura acadêmica com a interação entre o NEA e o MMC. Essa interação se deu principalmente, no que se refere a este trabalho, por meio de três movimentos:

- a realização do curso supracitado, que, como salientado, teve principalmente a característica de troca de saberes;
- uma pesquisa elaborada e aplicada pelas próprias participantes do curso às participantes do MMC, na qual a intervenção do professor foi mínima, isto é, seu objetivo era consolidar o autoconhecimento do movimento;
- processamento e análise dos questionários e entrevistas realizadas pelas acadêmicas de ciências sociais sobre questões de gênero.

A base teórica que dá suporte na realização deste trabalho encontra-se em Jovchelovich (JOVCHELOVICH, 2007). Nesse livro a autora sustenta, a partir de inúmeros estudos precedentes, que não deve haver hierarquia de saberes. Esses são produzidos a partir dos contextos de sua emergência. Ela se contrapõe ao pressuposto cartesiano de que o saber é produzido a partir da dupla separação do eu e o mundo e do eu e si mesmo, para desenvolver uma visão neutra e objetiva dos fenômenos. Segundo a autora, o estudo dos saberes deve "recuperar sua conexão com os mundos pessoais, interpessoais e socioculturais em que são produzidos" (JOVCHELOVICH, p. 21).

Com o objetivo de desenvolver pesquisas com base nessa compreensão e nas possibilidades de sinergia entre os múltiplos saberes, a referida autora propõe que os pesquisadores reconheçam sua implicação "no processo de pesquisa, que precisa ser reconhecida, discutida, e jamais negada" (JOVCHELOVICH, p. 285),

sem preconceitos em relação aos caminhos e conteúdos dos saberes, e que a forma de aproximação entre eles é desenvolver práticas dialógicas que elucidam as diferentes lógicas subjacentes e possibilitam convergências.

Nossa simpatia pelo MMC, pelas suas práticas, pelas suas elaborações, pelos seus símbolos e pela sua luta é evidente já nas secções anteriores. Assim, da mesma forma que se evidenciam seus aportes, tem-se que ter cuidado para não obscurecer seus problemas e dificuldades.

A prática dialógica foi possível na medida em que os cursos configuraram-se como oficinas, nas quais o aporte da economia política, dos conhecimentos de agricultura e ecologia dialogava com as práticas e inquietações das participantes, que, informadas pela sua vivência militante, faziam com frequência o uso da palavra. Além dos cursos, esse diálogo se manteve pelas parcerias mencionadas, acrescido pelo trabalho já referido das acadêmicas parceiras deste texto.

Dentro de um quadro que foi caracterizado na secção anterior como de inserção crescente dos pequenos agricultores no mercado capitalista, com perda de autonomia que, - em alguns casos -, os coloca em uma situação próxima dos assalariados, mas sem os direitos sociais dos mesmos, os movimentos sociais no campo, em particular o MMC, encontram na identidade camponesa, ressignificada por um conjunto de elementos contemporâneos, uma forma de resistência e de avanço no estabelecimento de novas relações econômicas, sociais e de gênero. Essa identidade camponesa aponta também para o questionamento das formas de produzir que de predam a natureza, propondo em seu lugar aquelas que se integram ao meio ambiente.

A análise dos questionários e dos diálogos referidos revelam que as participantes do MMC desenvolvem práticas em seu cotidiano que convergem para o seu ideal de agricultura camponesa, com ênfase nas questões de gênero.

Ressaltam-se, portanto, o seguinte:

a) O perfil revelado no questionário é de mulheres da região sul, de idade média de 46 anos, vivendo em lares onde 64% das famílias têm até quatro membros, casadas (93,1%), escolaridade superior a dos homens (24,6% têm o ensino fundamental completo ou níveis superiores de educação, contra 15,1% dos homens na mesma situação);

b) As propriedades das famílias são pequenas (49,3% até dez hectares, 34,7% entre 10 e 20 hectares, e 16% de mais de 20 hectares). Dessas, 53,9% possuem escritura, 17,1% são arrendatários e o restante não respondeu ou não se enquadrou em nenhuma dessas situações. O título de propriedade está em 48% dos casos na mão dos homens, em 14% em nome da mulher e em 30,2% em nome de ambos. Novetna e três vírgula dois por cento têm casa própria e luz elétrica;

c) 62,7% das famílias fazem algum tipo de financiamento, principalmente o PRONAF, e 30,7% das mulheres também o fazem. Das famílias, 82,4% têm conta bancária com participação da mulher, sendo 50,8% em conjunto com o homem

e 49,2% individual da mulher. Quem gerencia a conta é 34,5% homem, 32,7% em conjunto e 32,7% a mulher. O crédito PRONAF, inclusive o PRONAF mulher, acessado por 30,7% das mulheres, serve como complemento dos recursos para as atividades comerciais controladas pelo home;

d) O bloco do produtor, que dá acesso à aposentadoria e outros benefícios, é conjunto em 64,5% dos casos e em 11,8%, está no nome da mulher (o restante não respondeu ou não possui) o documento;

e) As principais produções dos municípios onde se situam as entrevistadas são de leite, milho e soja. O principal produto vendido é o milho. Nas propriedades investigadas, existe uma grande variedade de produção, mas os principais produtos comercializados são controlados pelo homem, embora a mulher participe como coadjuvante na sua produção;

f) A mulher, além de participar das atividades voltadas ao mercado (roça 64,9%, ordenha 61%, trato dos animais 57,1%), desenvolve as tarefas "tipicamente femininas", como limpeza da casa (85,7%), elaboração da alimentação (76,6%), lavagem de roupas (71,4%), trabalho na horta (57,1%). Talvez esses percentuais não sejam maiores porque, devido à idade média, muitas têm filhos (principalmente filhas) que ajudam ou assumem algumas dessas tarefas.

As mulheres também assumem uma tarefa que o movimento muito valoriza; a preservação da biodiversidade por meio da produção de sementes crioulas, conjuntamente com os homens (30,4%), ou sozinhas. Essas sementes têm importância não só na subsistência (nas hortaliças envolve 58,4% das mulheres) como nas culturas comerciais (feijão, 58,4% e milho, 23,4%);

g) As compras no mercado se restringem a produtos não produzidos na propriedade, como açúcar, farinha, arroz, sal, produtos de higiene e limpeza, erva-mate, dentre outros.

Os questionários foram respondidos pelas interrogadas, em grande parte dos casos, sem a assistência das entrevistadoras. É possível que algumas questões tenham sido mal compreendidas, o que é revelado pelo fato de algumas terem ficado sem resposta. A interferência da equipe do NEA foi pequena porque a natureza das questões revelou a importância que o movimento atribuía aos temas trabalhados. Questões como associativismo e renda monetária, discutidas no curso, não constaram nos questionários.

As experiências traumáticas das cooperativas do tipo empresarial que, em muitos casos, lesaram os pequenos agricultores, foram relatadas no curso. Existe, portanto, resistência ao cooperativismo, embora as experiências associativas, no âmbito local, existam e se multipliquem. Outra prática relatada é o escambo, sendo usual a troca de produtos sob a lógica da reciprocidade.

Pode-se concluir que, dentro dos limites sistêmicos e culturais, na vida cotidiana, as mulheres do MMC buscam viver de acordo com os princípios do movimento, isto é, praticam a diversidade produtiva e procuram, por meio das sementes crioulas, preservar a biodiversidade, o que revela um avanço na

autonomia em relação ao mercado. No entanto, observa-se que essas iniciativas estão em geral limitadas às atividades de reprodução biológica do núcleo familiar. A Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Sadios tenta dar uma dimensão social para o que já é, em boa medida, uma prática corrente em suas famílias.

Na ausência de dados gerais sobre a agricultura familiar, não se pode fazer comparações⁵, mas parece significativo o número de mulheres que tem o título de propriedade sozinhas ou partilhado com o marido e, da mesma forma, que participa da titularidade da conta bancária e bloco do produtor.

A reivindicação de crédito específico para a atividade da mulher formulada pelo MMC, na medida que o PRONAF – mulher é, na prática, um complemento de financiamento para as atividades controladas pelos homens, revela que a independência da mulher, bem como seu lugar no núcleo familiar, passa por maior autonomia financeira⁶.

Essa postura, no nosso ver, não é contraditória com a reivindicada identidade camponesa, na medida em que os créditos são pensados para produzir para família e para a venda de excedentes in natura ou transformados na agroindústria camponesa⁷.

As propriedades com pequena área (84% com menos de 20 hectares), inferior ao módulo rural, devem criar dificuldades para reprodução econômica da família, principalmente na dimensão intergeracional. A capacidade de acumular para que os filhos sejam agricultores nos mesmos patamares materiais (terra e capital) que os pais é remota, ainda mais quando inseridos num mercado

⁵ Um dado é revelador: cerca de 70% das mulheres entrevistadas declararam ter a profissão de agricultora em seus documentos e 2,6% não responderam sobre documentação. No Brasil 60% das mulheres rurais não possuem registro civil, que é o primeiro passo para obter o restante da documentação (Dados da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República).

⁶ Um depoimento de uma liderança do MMC: “Nós queremos autonomia e isso passa pela independência financeira. Precisamos participar das decisões sobre o que vai ser comprado e o que vai ser feito na propriedade. Tanto que o crédito especial para as mulheres é completamente diferente do PRONAF – mulher, porque queremos produzir alimentos para sustento e a lógica masculina é pegar o recurso para plantar soja, encher a terra de soja, vender e depois comprar alimento. Este alimento que defendemos que deve ser cultivado por nós, ele tanto serve para subsistência como para comercialização do excedente, para que possamos pagar o financiamento. Então a lógica das mulheres é voltada primeiro para o sustento e depois para o mercado, que eu considero uma grande diferença”.

⁷ O NEA desenvolve um trabalho de extensão que consiste em qualificar uma agroindústria mantida por um grupo de mulheres do MMC, usando financiamento do MDA. A história do grupo, aliás, praticante da autogestão, mostra que, na origem, o grupo priorizava o atendimento das suas famílias em produtos farináceos e, devido à existência de demanda externa (em particular as compras da CONAB para o Fome Zero, mas também o mercado local), induziu a ampliação da produção, o que trouxe um aumento da renda familiar, e, de forma indireta, mudança nas relações familiares.

produzindo commodities, comprando insumos, sujeitos às oscilações de mercado e aos azares do clima, praticando monocultura.

A reivindicação de realização da reforma agrária, à qual o MMC se associa com os demais movimentos sociais do campo, é central para a afirmação da identidade camponesa, praticando uma agricultura sustentável nos planos econômico e social, isto é, para que as famílias rurais possam melhorar suas condições atuais e se reproduzir no tempo, é necessária disponibilidade de terra, o que só o latifúndio pode prover, e não só o improdutivo, mas também aquele ocupado pelo agronegócio⁸. Assim, o fim do latifúndio, - tanto por extensão como por exploração -, é necessário para o desenvolvimento da agricultura camponesa que pode garantir a segurança alimentar da sociedade, a preservação do meio ambiente, bem como a elevação do nível de vida no campo.

Nessas três dimensões o MMC combate o agronegócio, pois este, assim como o latifúndio improdutivo, não é economicamente viável a termo, pois os insumos que utiliza estão se esgotando, suas relações de trabalho se caracterizam pela precariedade, quando não são as formas bárbaras da escravatura moderna⁹. No plano ambiental é um dos maiores responsáveis pela poluição da terra, ar e água, além de produzir alimentos contaminados por agrotóxicos que prejudicam a saúde humana.

É premonitória a campanha do MMC pela produção de alimentos saudáveis, com a divisa "produzir alimentos saudáveis: cuidar da vida e da natureza", lançada em 2007, na medida em que ainda não era consensual o problema da carência de alimentos (saudáveis ou não). O próprio mercado encarregou-se de demonstrar essa escassez por meio do aumento de preços. Cada vez mais a realidade aponta para a insustentabilidade do agronegócio.

⁸ A semelhança do que faz Mariateguy ao analisar a situação dos índios no Peru (Mariateguy), elementos do passado camponês que combinava um elevado grau de autossuficiência produtiva e de consumo com a comercialização de excedentes; ainda que esses fossem - em grande parte - apropriados pelo capital comercial e industrial, impactaram a mentalidade do pequeno agricultor. Assim, hoje, novas formas de associativismo autogestionário, articulado com o Estado, podem garantir a apropriação pelos próprios camponeses da maior parte da riqueza por eles criada. As questões que estão na cultura e na memória coletiva dos pequenos agricultores (da mesma forma que a organização comunitária estava na memória dos índios peruanos) ajudam a construir novas relações no campo que recuperam elementos do passado, mas introduzem aspectos que ampliam a cooperação, a solidariedade e a justiça, além de garantir viabilidade econômica social e ambiental. Adicionalmente, e não menos importante, as transformações propostas pelo movimento certamente vão induzir mudanças na sociedade em geral.

⁹ Mais uma vez Mariateguy ensina que as instituições, no caso as que regulam as relações de trabalho, viram letra morta face a um poder que se baseia na propriedade da terra, nas relações locais, e na captura de parte do Estado (judiciário, executivo, legislativo). Expropriar o latifúndio, inclusive o pretensamente moderno do agronegócio, significa retirar a base do seu poder.

4 CONCLUSÃO

A agricultura camponesa ressignificada não nega o progresso técnico, mas o busca respeitoso da natureza, poupador de recursos, não poluidor, aproveitador da sinergia das diversas atividades; exige reforma agrária ampla para dotar as(os) camponesas(os) do espaço necessário para a vida digna e saudável das famílias, bem como dê oportunidade para os que querem permanecer no campo. Para isso, é necessário o fim do latifúndio por extensão e por exploração.

Essa nova agricultura, para se afirmar como alternativa, tem que se forjar uma identidade nova, que incorpora valores e práticas do passado, mas que as recombina usando todo o arsenal que a moderna ciência pode proporcionar (ALMEIDA, 2003).

Para essa nova agricultura camponesa, é necessária a cooperação voluntária, que respeita os indivíduos e aplica a autogestão nas estruturas de cooperação, o contrário do cooperativismo empresarial atrelado ao agronegócio que esmaga e frustra os camponeses.

Os movimentos camponeses têm encaminhado suas questões específicas no bojo de uma transformação mais ampla da sociedade. O central de suas propostas é a inexistência da exploração do homem pelo homem. A propriedade da unidade produtiva agrária pela família, como, aliás, a existência de pequenas empresas de propriedade individual ou coletiva regidas pela não produção de excedentes do trabalho, apropriáveis por indivíduos, é compatível do ponto de vista ético e desejável, do ponto de vista da eficiência social e econômica com uma sociedade socialista (SAMARY, 2002)¹⁰

A interação com o MMC mostrou que, melhor que o pressuposto marxiano “as condições de existência determinam a consciência”, seria a afirmação de que as condições de existência possibilitam a consciência. No caso do MMC a inserção das mulheres nas famílias rurais sujeitas às contradições do capital lhes permite, pela sua posição específica no núcleo familiar, o desenvolvimento de uma consciência que é o que tem de mais atualizado em termos de percepção crítica tanto das tendências destrutivas do capital como nas alternativas para superá-lo.

Por fim, essa nova agricultura camponesa só será plenamente realizável dentro de uma nova sociedade na qual a renda seja distribuída com justiça, a riqueza esteja nas mãos de todos, a democracia seja radical e os homens e mulheres sejam iguais.

¹⁰ Não seria também a pequena propriedade camponesa moderna diversificada aquela que é mais compatível com a preservação e recuperação do meio ambiente? Não seria o caso de recuperar práticas tradicionais de cooperação e aprofundá-las? Poderiam os camponeses dispor coletivamente de serviços modernos *high-tech* ao mesmo tempo em que recuperam inclusive a dimensão lúdica da vida coletiva no campo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jalcione. A Agroecologia: entre o Movimento Social e a Domesticação pelo Mercado. Porto Alegre. **Ensaio FEE**, v. 24, n. 2, 2003.
- BAVARESCO, P. A. Uma Análise das Condições das Famílias do Assentamento Anoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan. - abr./2004.
- CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.
- DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O Empoderamento da Mulher**. Direitos a terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.
- FETRAF. Sustentação da Renda Agrícola na Agricultura Familiar. 2006. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2007.
- GÖRGEN, S. A. **Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- JOVCHELOVICHT, S. **Os Contextos do Saber**: Representações, Comunidade e Cultura. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LÖWY, Michel. A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado. In: LÖWY, M.; BENSALD, D. **Marxismo, Modernidade e Utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.
- MARIATEGUI, J. C. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Clacso, 2008.
- PINHEIRO, Sebastião. **A Máfia dos Alimentos no Brasil**. Porto Alegre: Fundação Juquira Candiru, 2005.
- SAMARY, Catherine. De L'emancipation de Chacun à L'intêrêt de Tous, e Réciproquement. In: **Contretemps**, n. 5. Paris: Textuel, 2002.
- SCHMIDT, C.; HERRLEIN, R. **Dois Projetos de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa FAPERGS). Porto Alegre: Editora. da UFRGS, 2002.

TEDESCO, J.C. Contratualização e Racionalidade Familiar. In: _____. (Org). **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas**. Passo Fundo: Editora da UPE, 2001.

WANDERLEY, M. N. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: CARVALHO, H.M. **O Campesinato no Século XXI**: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

WOOD, E. M. **A Origem do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, E.M. **Democracia contra Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

